



Ata da 11ª (décima primeira) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 19 (dezenove) de Abril de 2023 (dois mil e vinte e três), 3ª (terceira) Sessão Legislativa da 16ª (décima sexta) Legislatura.

Às 09 (nove) horas do dia 19 (dezenove) de abril de 2023 (dois mil e vinte e três), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Joaquim Soares da Silva, nº 406 (quatrocentos e seis), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Vereador Deza Soares, e secretariada pela Vereadora Roberci Vânia Oliveira. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Ariovaldo Soares; Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Professor Nonato; Dra. Rafaela Gonçalves; Silvânia Andrade e Valmir Brasil. Na solenidade também se fizeram presentes o Diretor da EEM Santa Tereza, Paulo Robson; a Secretária de Educação, Zuleide Ferreira, o Assessor Técnico, Rommel Alencar e demais servidores municipais. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que fora previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE:** leitura realizada pela Secretária Roberci Vânia Oliveira das seguintes matérias pautadas: Resposta, da Presidente da Comissão de Licitação, Amanda Luiza Nunes de Almeida, ao Ofício nº 017/2023GO; Projeto de Lei nº 004/2023, de autoria do Vereador Ariovaldo Soares, que dispõe sobre a instalação de câmeras de vídeo monitoramento nas áreas externas e internas nas escolas públicas do Município de Altaneira e oferece outras providências – matéria encaminhada à Comissão Permanente para emissão de Parecer. Nesse momento, o Vereador Júnior do Povo solicitou uma questão de ordem para dar conhecimento ao protocolo do Projeto de Lei nº 005/2023, de sua autoria, que estabelece as políticas públicas para a segurança escolar nas instituições públicas e privadas de ensino, no âmbito do Município de Altaneira-CE e dá outras providências, realizado no último dia 14 (quatorze). Por ter sido protocolada no mesmo dia do Projeto de Lei nº 004/2023, de autoria do Vereador Ariovaldo Soares, o nobre questionou o motivo de a matéria não constar na pauta da sessão de hoje. Desse modo, o Presidente esclareceu que a matéria não possui Parecer Jurídico, logo, em conformidade com Requerimento aprovados pelos nobres, onde atesta que Projetos sem Parecer Jurídico não serão encaminhadas à Comissão Permanentes, a matéria está aguardando a manifestação do Assessor Jurídico da Casa, Dr. Timóteo Mariano. Sucedida uma discussão acerca do assunto, a Secretária deu continuidade a leitura das matérias pautadas no Expediente: Projeto de Lei nº 009/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração do Código Tributário do Município de Altaneira-CE – Lei nº 711 de 27 de Dezembro de 2017 -, e dá outras providências – matéria encaminhada à Comissão Permanente para emissão de Parecer -; Projeto de Lei nº 010/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para 2024 e dá outras providências – matéria encaminhada à Comissão Permanente para emissão de Parecer -; Ofício nº 028/2023, do Poder Executivo, referente a remessa da Lei Municipal nº 887/2023; Ofício nº 029/2023, do Poder Executivo, referente a remessa da Lei Municipal nº 888/2023; Ofício nº 030/2023, do Poder Executivo, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 034/2022, de autoria do Poder Executivo, que trata sobre a alteração do Código Tributário do Município de Altaneira-CE – onde o Presidente esclareceu que a retirada do Projeto de Lei foi em virtude de correções -; Requerimento nº 016/2023, de autoria do Vereador Ariovaldo Soares, solicitando a inclusão, para leitura e conhecimento do Plenário, no Expediente da Sessão do dia 19 de abril em curso, do Ofício nº 0113/2023/PmJNOL – nesse momento, o Presidente esclareceu que essa solicitação do Ministério Público foi ao Poder



Executivo, já informando que a Câmara já se pronunciou, na audiência junto ao Ministério Público, favoravelmente à inclusão de cargos para concursos na Câmara Municipal. Na oportunidade, informou também que já está sendo organizado o quadro de servidores e que uma análise, de plano para o Poder Legislativo, será realizada e que em breve a comunicação todas as informações referentes ao concurso público no que concerne à Câmara será feita ao Ministério Público – e Ofício nº 022/2023, da Escola de Ensino Médio Santa Tereza, solicitando participação do Diretor da referida instituição, Paulo Robson, na Sessão Ordinária a ser realizada no dia 19 de Abril de 2023, para prestar esclarecimentos acerca dos cuidados com os estudantes da EEM e outros informes. Foi registrada também a participação, nessa Sessão Ordinária, da Secretária de Educação, Zuleide Ferreira, conforme convocação aprovada no Requerimento nº 004/2023, de autoria do Vereador Ariovaldo Soares e a promulgação das Emendas à Lei Orgânica do Município de Altaneira, aprovadas em 1º e em 2º turnos. Abrindo os registros da Presidência, conforme anunciado na sessão anterior, foi realizada a promulgação da Lei Orgânica Municipal, de iniciativa do Presidente Deza, compondo seu plano de trabalho como Vereador. Dessa forma, o Presidente declarou que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Altaneira-CE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 34, inciso IV da Lei Orgânica do Município, Promulga a Emenda à Lei Orgânica nº 019/2023, de 19 de abril de 2023, referente a proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2021, de autoria do Vereador Deza Soares e Vereadoras Silvânia Andrade e Roberci Vânia Oliveira, constando de 115 Artigos, entre alterações e inclusões; a Emenda à Lei Orgânica nº 020/2023, de 19 de abril de 2023, referente a proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2022, de autoria dos Vereadores Ariovaldo Soares, Valmir Brasil e Roberci Vânia Oliveira, constando de 02 Artigos; a Emenda à Lei Orgânica nº 021/2023, de 19 de abril de 2023, referente a proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2023, de autoria do Vereador Deza Soares e Vereadoras Dra. Rafaela Gonçalves e Roberci Vânia Oliveira, constando de 10 Artigos; a Emenda à Lei Orgânica nº 022/2023, de 19 de abril de 2023, referente a proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 007/2023, de autoria dos Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo e Silvânia Andrade, constando de 01 Artigo; a Emenda à Lei Orgânica nº 023/2023, de 19 de abril de 2023, referente a proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2023, de autoria dos Vereadores Ariovaldo Soares, Valmir Brasil e Roberci Vânia Oliveira, constando de 02 Artigos; e a Emenda à Lei Orgânica nº 024/2023, de 19 de abril de 2023, referente a proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 006/2023, de autoria dos Vereadores Ariovaldo Soares, Valmir Brasil e Roberci Vânia Oliveira, constando de 01 Artigo. Na oportunidade, o Presidente registrou ainda agradecimentos a todos os responsáveis: Vereadoras e Vereadores, assessorias, servidores, representações do Poder Executivo, comunidades participantes e colaboradores em geral e informou também que essa etapa será complementada na entrega dos livros, que será realizada em Sessão Solene, para as entidades e todas as representações do Município. Nas datas comemorativas, obtiveram destaque o dia de ontem, 18 (dezoito), por ser celebrado o Dia Nacional do Livro Infantil e hoje, dia 19 (dezenove), comemorado o Dia dos Povos Indígenas. Conforme publicação do Poder Executivo, lembrou que no dia de hoje, está ocorrendo o reforço da vacina Pfizer bivalente, até às 10 (dez) horas, para idosos acima de 60 (sessenta) anos e também para profissionais da saúde e, amanhã, ocorrerá a aplicação da Pfizer pediátrica. Frisou que nessa seta-feita, 21 (vinte e um), será feriado nacional em comemoração ao mártir da independência, Joaquim José da Silva Xavier, popularmente conhecido como Tiradentes; assim, não haverá expediente na Câmara. Após, fez uso da tribuna o Diretor da EEM, Paulo Robson, que iniciou sua fala realizando uma breve apresentação da sua gestão na direção da Escola, destacando a evolução e crescimento no tocante a aferição dos índices do Spaece e Ideb, deixando registrado que

Handwritten signature



toda a evolução se deu por conta do empenho de todos os profissionais da escola. Também deu conhecimento aos valores investidos para o funcionamento da instituição e, nesse sentido, o Diretor frisou a importância da responsabilidade com o investimento do poder público na educação. No tocante a segurança dos alunos, esclareceu que os discentes aguardam fora da escola por opção deles próprios, dado que, quando se termina o tempo pedagógico, os alunos têm oportunidade de escolher onde aguardam o transporte. Referente a fala do Vereador Júnior do Povo, na sessão passada, onde o mesmo afirmou que a escola não pode fechar os portões e deixar os alunos do lado de fora, o Diretor informou que, de fato, tal ato não pode acontecer. Contudo, como já mencionado, os alunos têm a opção de escolher onde esperar o transporte e, enquanto muitos fazem uso dos espaços e equipamentos da escola, outros optam por ficar fora da instituição, não cabendo aos profissionais que lá trabalham, obrigar o aluno a adentrar os muros, levando em consideração que não há um termo de consentimento dessa vertente assinado pelos pais ou responsáveis. Dando seguimento, se solidarizou com todas as escolas que sofreram trágicos acontecimentos. Assim, agradeceu ao Empresário Sávio Megasom pela doação dos detectores de metais para as escolas e informou que todos os cuidados com os alunos da escola, são tomados, informando que diversas vezes ele e outros profissionais da instituição já chegaram a ficar até as 18 (dezoito) horas aguardando um transporte escolar, sempre informando a família sobre onde se encontra o aluno. Aberto o momento para comentários e indagações, os Vereadores levantaram questões acerca da melhoria da rota do transporte escolar; termo de consentimento para manter o aluno dentro da escola enquanto aguarda o transporte; quem seria o responsável pelo aluno que aguarda o transporte fora da instituição, dentre outros pontos. Muito comentários elogiosos referente a Gestão do Diretor Paulo Robson também foram tecidos, onde todos os Parlamentares deixaram registrada sua solicitação para que o Diretor permaneça à frente da instituição até o final do corrente ano. Nas suas considerações finais, o Diretor Paulo Robson agradeceu todas as palavras de apoio, compartilhando-as com toda sua equipe atual, composta por Professor Adeilton; Welton Cardoso; Romário Feitosa e Douglas Romeiro. Da mesma forma, registrou suas felicitações àqueles que iniciaram esse Projeto, sendo o Professor Reginaldo Venâncio, Kássia Arrais e Vanderléia Lima. Além, estendeu as responsabilidades, os méritos e todas as angústias à toda a sua equipe de profissionais e agradeceu a oportunidade de se fazer presente na Casa para prestar os esclarecimentos necessários, se colocando à disposição de todos. Posteriormente, com base no Art. 247 do Regimento Interno da Casa, o Presidente informou como se daria a participação de todos, na convocação da Secretária de Educação, Zuleide Ferreira. Acompanhada do Assessor Rommel Alencar, a Secretária de Educação, Zuleide Ferreira, iniciou sua fala tecendo alguns comentários acerca da participação do Diretor Paulo Robson e sobre o Fórum Nacional Extraordinário da Undime e realizou a leitura do currículo do Professor Dr. José Cavalcante Arnaud, que, de acordo com a Secretária, prestou serviço à municipalidade, informando ainda, os trabalhos que o Professor prestou ao Município de Altaneira. Após, a Secretária Zuleide apresentou um Parecer Jurídico que regulamenta a contratação e todo o processo de pagamento ao Professor Arnaud. Em questão de ordem, o Vereador Ariovaldo Soares informou que o Parecer em questão não consta no processo de dispensa de licitação, não estando assinado de forma digital e nem física. Desse modo, informou que não pode considerá-lo, rasgando o Parecer na sequência e solicitando que esse não seja considerado um documento oficial haja vista a ausência de assinatura. Reforçou o seu protesto à leitura de um documento que não possui nenhum valor jurídico. Nesse momento, a Secretária Zuleide solicitou que ficasse consignado, em suas palavras, “o desrespeito do Vereador em rasgar o documento Parecer Jurídico da minha assessoria”, realizando a leitura do Parecer Jurídico não assinado, no momento

Paulo Robson

Júnior do Povo

Ubirajara

[Signature]

Ariovaldo Soares

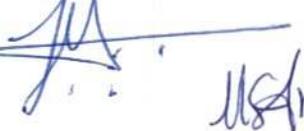
[Signature]

[Signature]

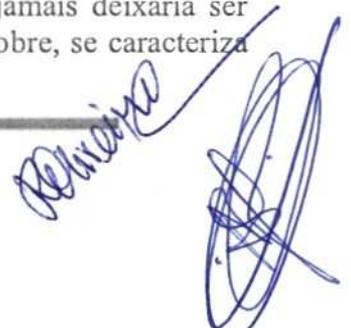
[Signature]



seguinte. Após isso, a Secretária Zuleide encerrou sua fala se colocando à disposição e informando que “o contrato à esta empresa foi feito no valor de R\$16.000 (dezesesseis mil) reais, a despesa paga foram R\$8.000 (oito mil) reais, devidamente regularizada aqui pela documentação que apresento a esta Casa, sem nenhum erro de contratação jurídico, nenhum erro administrativo, sem nenhum erro que possa acarretar nenhum dano à Administração Pública, inclusive nem economicidade, porque de fato foi feito. E como apresento aqui as Atas dos serviços prestados de todos os setores de ponde participaram: Educação e até o Sindicato já discutiui essa minuta com os servidores de lá, então, nossa, a minuta que nos foi apresentada foi vastamente discutida de dentro de toda a sociedade do Município. Câmara Municipal esteve presente, a Assessoria Jurídica esteve presente, o SINSEMA, os servidores, os Professores representando a Secretaria de Educação também estiveram presentes em todos esses minutos. E como já afirmado anteriormente, nos próximos dias a Lei será encaminhada, o Projeto será encaminhado à Casa para tramitar. Normalmente e claramente ser aprovado, porque de fato é uma necessidade urgente. Inclusive, quando for acontecer o momento da apreciação, a gente espera ser avisado para a gente comunicar todos os pertencentes da classe, professores, a sociedade para estar presente nesse momento tão importante de discussão do que vai reger a partir da aprovação (...)”. Depois, o Vereador Ariovaldo Soares solicitou questão de ordem e, sendo concedida, informou que “a questão de ordem tem por fundamento o Art. 29 da Lei Orgânica, que diz que, por deliberação da maioria dos membros a Câmara poderá ser convocada (...) prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos. O Requerimento estabeleceu (...). A questão de ordem é a seguinte: para prestar pessoalmente esclarecimento. Que a assessoria tem acompanhado ela até o momento, eu compreendo (...), mas, com relação às indagações e respostas que eu fizer, eu não gostaria de ver a orientação da assessoria jurídica, porque é pessoalmente e é pessoal. Ela vai responder. Ela pode dizer que não sabe, que não conhece (...) então eu peço a Mesa que defira a questão de ordem no sentido de que a resposta é pessoal, é da Secretária”. Nesse sentido, o Presidente informou que a Assessoria pode permanecer no recinto para informação de algum documento que a Secretária necessite e, ainda de acordo com o Presidente, evidentemente, a fala compete a ela. De volta com a palavra, o Vereador Ariovaldo Soares salientou que se vale do Código Penal, “que diz que quando um Secretário é convocado, a resposta é pessoal, ele pode ter, ele teve a orientação, teve a oportunidade de orientar antes. É no sentido de que, na exposição, eu concordo que ele tenha ficado aí, tenha passado, mas, a resposta é pessoal dela. O que eu estou dizendo é que ele não sobre no ouvido dela e peço inclusive, que ele pode entregar documentação (...)”. Também por questão de ordem, o Vereador Júnior do Povo informou que, quando consta a palavra “pessoalmente”, significa que a(o) Secretária(o) irá responder de forma pessoal, presencialmente, e não de forma escrita. Em relação a resposta, o Parlamentar afirmou que a Secretária pode ser orientada. Depois, o Presidente reforçou que o assessor poderá fornecer documentação para a Secretária e também orientá-la em algum momento, o que não é válido é que ele seja o transmissor das respostas. Novamente com a fala, o Vereador Ariovaldo Soares trouxe a clareza do Art. 29 mais uma vez, onde atesta que o depoimento deve se da de forma pessoal. A posteriori o Vereador Professor Nonato solicitou que ficasse consignado em Ata que a Casa pode receber documento assinado de forma virtual ou não e que, para ele, o documento do Dr. Ione, que passou por todas as Administrações tem uma enorme valia e que o assessor presente com a Secretária Zuleide, Rommel Alencar, não é advogado, mas, sim Gestor Público. Ainda sobre a questão do Parecer Jurídico sem assinatura, a Vereadora Dra. Rafaela Gonçalves teceu alguns comentários, dentre eles, informando acreditar que o Dr. Ione, com toda sua experiência, jamais deixaria ser validado um documento sem assinatura, pois, tecnicamente, de acordo com a nobre, se caracteriza







como um documento frio. Logo, o Vereador Ariovaldo Soares externou, sobre a fala do Vereador Professor Nonato, que “a Constituição Federal, que é nossa Carta Magna vigente, ela permite a expressão livre do pensamento, mas, veda o anonimato. Aí aqui um Parecer anônimo, como bem deixou assentado a Dra. Rafaela, sem valia nenhuma. Eu, inclusive, ajudei e pedi, o advogado pode assiná-lo e nós podemos juntar na documentação, ele pode fazer isso de lá agora, ou até o final da sessão (...) e esse aí eu não rasgo, porque eu respeito os senhores, mas, qualquer documento que eu receba sem valia jurídica aqui, eu vou rasgar do mesmo jeito”. De volta com a palavra, a Secretária Zuleide externou: “na verdade nem era esse o registro que o Presidente já fez com muita prudência sobre o Parecer que recebemos já assinado. O registro meu, que eu quero pedir já que eu estou aqui como cidadã e me sinto dessa Casa (...) por isso, enquanto ouvinte e comunidade, eu quero que seja feito o registro da atitude do Vereador de querer tumultuar minha fala, porque isso está sendo visto por a comunidade e dizer que em minuto nenhum eu tenho motivo para estar aqui sem falar grosso, porque eu não sou corrupta, nunca serei e tem mais, estou à disposição para qualquer esclarecimento e quero a ordem, senhor Presidente, quero a ordem, porque o que o Vereador fez aqui foi rasgar um documento de minha assessoria jurídica, mesmo que ela não estivesse devidamente assinada, é, aguardasse e pedisse. E ainda fazendo tumulto todas as horas da minha fala, por isso eu peço que ele faça todas as perguntas que tiver que eu anotarei todas e responderei, a contento, com o auxílio do meu assessor técnico e, se a assessoria de advocacia estivesse aqui, eu também estaria com eles como suporte (...) estou à disposição”. Foi passado então para o tempo de 15 (quinze) minutos de indagações do Vereador Ariovaldo Soares, como autor da convocação. Iniciando o tempo regimental, o Vereador Ariovaldo externou: “primeiro eu vou dizer a Secretária de Educação que este Vereador aqui não tem nenhuma preocupação e nenhum medo de fazer aquilo que é bom para todos nós não. Eu faço o que é de minha obrigação fazer e, eu informo à Secretária de Educação, Dona Antônia Zuleide Ferreira de Oliveira, que, até o momento, ela não está sendo acusada de nada e nem denunciada. A senhora foi convocada por votação unânime desta Casa, por provocação de Requerimento deste Vereador, no que diz respeito a ato seu praticado pela condição de Gestora e Ordenadora de Despesa da Secretaria de Educação, e pedirei que a senhora tenha objetividade na resposta tanto quanto eu a terei nas perguntas que vou lhe dirigir. A senho assinou a requisição de abertura de processo de dispensa de licitação 2022052701 de contratação de serviços especializados para estudo, análise e atualização visando a reestruturação e adequação da Lei 539, a Lei do PCCR. Formalmente, a senhora também assinou todos os atos que eram de sua responsabilidade até o procedimento. E eu pergunto: a senhora tinha ou tem consciência de todos os outros atos? Porque foram praticados por outros servidores. A senhora saberia declinar o nome desses servidores que participaram do processo de dispensa de licitação? É a primeira pergunta”. Após, a Secretária comunicou o pedido de seu assessor técnico para que as perguntas fossem respondidas uma a uma. Esse foi o pedido do inicial do Vereador Ariovaldo Soares. Seguindo para a resposta da pergunta inicial, a Secretária Zuleide informou: “Ireneide Pereira de Pinho, Presidente da Comissão de Licitação; Maria Micaele da Silva Santos, membro da Comissão de Licitação e Amanda Luiza Nunes de Almeida, também membro da Comissão de Licitação. Vereador Ariovaldo: “Mais algum servidor?”. Secretária Zuleide: “não”. Vereador Ariovaldo: “eu indago a senhora Secretária que esclareça os motivos pelos quais o processo de dispensa de licitação não foi publicado no Portal da Transparência da Prefeitura, nem no Diário Oficial do Município e nem no Portal do Tribunal de Contas do Estado do Ceará”. Secretária Zuleide: “então, a página 29 do processo fala sobre a publicação do processo licitatório, esse dispensa, que se trata de um processo de natureza simplificada e que nós vamos cobrar da Comissão de Licitação a publicação se ela não

Nonato

Rafaela

[Handwritten signature]

M. Andrade

[Handwritten signature]

D. Zuleide



tiver sido feita, né?”. Nesse momento, o Presidente interferiu, pois, estava ocorrendo uma transmissão como se realmente fosse o assessor o autor das respostas e solicitou a Secretária que respondesse de acordo com o Regimento. Vereador Ariovaldo: “vou refazer a pergunta. Se a senhora pode esclarecer pelo qual o processo Portal da Prefeitura, nem no Diário Oficial do Município e nem no Portal do Tribunal de Contas do Estado do Ceará”. Secretária Zuleide: “eu só estou dizendo que na página 29 trata-se do processo de publicação. Eu vou requisitar se de fato não foi feita, porque aqui foi assinado e comprovado dentro do processo, que teria essa publicação, se assinado pela Presidente da Comissão”. Vereador Ariovaldo: “a ideia de reformulação da Lei 539/52011, o Plano de Cargos e Carreira do Magistério, instituída em 2011 e vigente até os dias atuais foi ideia da senhora? Se não foi, a senhora pode declinar de quem foi?”. Secretária Zuleide: “a reestruturação do PCCR já é uma demanda mais de que urgência, até porque, nós temos um PCCR retrógrado de 2010, a Lei é antiga e nós precisamos reformar. Nós estamos com mais, os planos da Educação geralmente eles são de vigência em 10 anos, nós estamos em 2023, então nós precisamos fazer correções ao PCCR que, ao vocês, vossas excelências, receberem a minuta desta correção feita, irão fazer os estudos e aprovar. É uma necessidade urgente a alteração e a reestruturação do PCCR do magistério. Vereador Ariovaldo: “refazendo a pergunta: foi uma ideia sua? Foi uma ideia de terceiros? Foi um grupo de professores? Foi uma coordenação pedagógica? Como foi que surgiu a necessidade da reformulação?” Secretária Zuleide: “a necessidade ela existe para readequação. Nós temos dificuldades de implantar o PCCR e até a questão da economicidade e a questão de diversos fatores que precisam ser analisados no PCCR. É uma questão de Gestão Municipal da Secretaria de Educação. É Lei que precisa ser alterada. Se fosse assim, vossas excelências não estariam aqui alterando a Lei Orgânica Municipal. Não há justificativa mais plausível que isso. Nós precisamos não ficar, vocês já fizeram a Lei do Plano Diretor, já fizeram alteração? A nossa é muito antiga, então, a gente precisa nos atualizar. Altaneira é uma cidade que anda na frente, tem Município que não tem PCCR, nós temos e já queremos é alterar o nosso (...)”. Vereador Ariovaldo: “senhora Secretária, essas pessoas que pediram para reformular foram os professores? Foram a Gestão? Foi o Prefeito? Foi a coordenação pedagógica?”. Secretária Zuleide: “eu, enquanto Secretária de Educação, sinto a necessidade urgente”. Vereador Ariovaldo: “certo. E a senhora poderia declinar quais seriam essas necessidades?”. A Secretária Zuleide balançou a cabeça em sinal negativo. Vereador Ariovaldo: “se a senhora sabe dizer. Declinar é dizer”. Secretária Zuleide: “eu sei, Vereador, mas agora nós não vamos discutir a matéria”. Vereador Ariovaldo: “a senhora, antes de levar a efeito esse procedimento, a senhora teve contato com algum advogado ou procurado do Município a respeito de sugestões e adequação da Lei? E se teve, com qual advogado?”. Secretária Zuleide: “sim. Nós temos diálogos diretamente com o procurador do Município, Dr. Luciano, Dr. Heleno e, já há muito, já há 2, 3 anos, a gente vem sentindo essa necessidade e os diálogos construídos em prol dessa reestruturação sim”. Vereador Ariovaldo: “pronto, então a senhora confirma que teve contato com a procuradoria e, além da procuradoria, teve mais algum advogado?”. Secretária Zuleide: “sim, com a assessoria jurídica também”. Vereador Ariovaldo: “quem seria essa assessoria jurídica?” Secretária Zuleide: “nossa assessoria jurídica é Ione e advogados”. Vereador Ariovaldo: “muito bem. Mesmo com todas essas assessorias que a senhora teve, a senhora sentiu ainda a necessidade de contratar uma empresa específica para ainda elaborar uma alteração legislativa?”. Secretária Zuleide: “nossas assessorias, elas são jurídicas. Elas não são especializadas em trabalhar essas questões da Educação. Vereador, nós temos até as vezes dificuldades com o conselho municipal de Educação, com a Legislação Municipal de Educação, porque teria que ser uma assessoria jurídica, um advogado que entendesse só das questões educacionais, profissional da área

franco

Rafael

[Signature]

U. Andrade

Del. Vitor



da educação que já tivesse sua formação em advocacia ou não, mas, que tivesse inteiro estudo das Leis educacionais, por isso, o entendimento da contratação com professor Arnaud também”. Vereador Ariovaldo: “a senhora conhece, especificamente, como é feito um processo de licitação? De dispensa de licitação, aliás? Ou ficou tudo à cargo da Comissão de Licitação?”. Secretária Zuleide: “eu, quanto Gestora da Secretaria de Educação, eu tenho a necessidade do serviço. Eu peço o serviço. Tenho os outros servidores que são responsáveis por me dar o serviço, então, eu sou obrigada a pedir o serviço. Tem toda uma equipe preparada para me dizer “aquí está o serviço”. Então, é dessa forma que acontece, Vereador”. Vereador Ariovaldo: “certo. No processo de dispensa de licitação, que nós agora discutimos, existe uma coleta de preço, que foi feita por uma servidora do Município que a senhora não declinou o nome, e nem eu vou fazê-lo, mas, eu gostaria de perguntar se a senhora conhece alguma dessas empresas ou algum de seus representantes”. Secretária Zuleide: “é, porque todo processo começa pelo processo de coleta, então, eu citei só o nome do pessoal da licitação. As empresas que participaram dos processos na Prefeitura, elas estão nos cadastros da Prefeitura Municipal”. Vereador Ariovaldo: “certo, mas, a senhora efetivamente conhecia alguma dessas empresas?”. Secretária Zuleide: “não, não. E nem hoje conheço ainda”. Vereador Ariovaldo: “a senhora conhece a pessoa física do Jefferson Luan Sundário Feitosa de Freitas?”. Secretária Zuleide: “não”. Vereador Ariovaldo: “a senhora assinou um termo de convocação e um contrato para prestação de serviços com essa empresa, do Jefferson Luan Sundário de Freitas, também chamada JL Técnico, informática e outros nomes aí, que foi representada pela pessoa física de igual nome. A senhora se lembra se quando assinou o contrato ele estava presente? Ou a senhora assinou e ele assinou posteriormente?”. Secretária Zuleide: “geralmente as assinaturas a gente não tem o contato com a empresa. Eu assino, a empresa assina. Eu não tenho contato com empresário nenhum”. Vereador Ariovaldo: “certo. A senhora já leu aí um histórico da pessoa de José Cavalcante Arnaud, se o nome correto é esse, né? É, e ele inclusive participou de uma sessão virtual. É, eu gostaria de saber se a senhora tem conhecimento se houve uma sub-contratação da empresa de Luan Sundário com a pessoa de José Cavalcante Arnaud”. Secretária Zuleide: “ele é contratado, inclusive, tem até o contrato da pessoa jurídica com ele, desde janeiro de 2022”. Vereador Ariovaldo: “certo. Então a senhora concordou com essa subcontratação, a senhora autorizou essa sub-contratação formal ou informalmente?”. Secretária Zuleide: “não, não precisou da minha autorização. Eu queria o serviço da empresa e... o contrato do Arnaud, com a empresa é anterior ao processo licitatório”. Vereador Ariovaldo: “não, só quero saber se a senhora concordou ou não com a sub-contratação”. Secretária Zuleide: “eu não fui consultada e nem precisava”. Vereador Ariovaldo: “consta nos documentos encaminhados a esta Casa, cópia de uma Ata de uma reunião da Secretaria de Educação, óbvio que a senhora participou, porque, inclusive, a senhora assinou duas vezes a mesma Ata, lá diz que o Sr. José Cavalcante Arnaud participou via meet, quero achar que é google meet, e que tratou de alteração na legislação. A senhora sabe informar se foi expedido convites a todos os professores ou apenas à alguns e de que forma essa reunião se deu: pela manhã, à tarde, a noite ou de que forma foi?”. Secretária Zuleide: “o convite foi feito como a gente faz sempre, convite virtuais, o Vereador Júnior do Povo esteve presente, né? Assessoria jurídica estiveram presentes, Sindicato dos servidores, professores e foi no período da manhã, em horário de aulas. Então, teve a participação de representação”. Vereador Ariovaldo: “então esse convite ele foi feito de forma física, via *WhatsApp*, via meio de comunicação a todos os professores?”. Secretária Zuleide: “eu já respondi, Vereador”. Vereador Ariovaldo: “sim, eu gostaria de saber se foi feito e se a senhora pode disponibilizar. Porque acho que uma reunião desse porte foi feita através do google meet, se ela foi gravada. Se a senhora saber dizer”. Secretária Zuleide:



“não lembro se foi gravada”. Vereador Ariovaldo: “pronto. Pois, na Ata foi registrada a participação de vários presentes, com direitos de perguntas e respostas, e cita vários dispositivos, inclusive da Lei Orgânica Municipal, dentre os quais, licença premium. Essa licença premium foi extinta já há muitos anos. A senhora lembra, em particular, se houve a discussão, desse contexto, sobre licença premium?”. Secretária Zuleide: “houve sim. Houve a discussão e o Vereador pode corroborar porque ele estava presente”. Vereador Ariovaldo: “certo. Ao elaborar um empenho, pelo serviço municipal de contabilidade, é um documento com base em uma nota fiscal, e a primeira fase da despesa é o empenho. A segunda fase da despesa é a liquidação, quando cria, para o agente público, de forma satisfatória, que o serviço foi prestado e a obrigação para a federação de pagar. A senhora fez esse reconhecimento e atestou. A senhora sabe informar se foi produzido algum relatório, algum estudo, alguma análise a apontar providências a serem adotadas para a elaboração do Projeto de Lei para modificação do PCC? Se houve um relatório produzido pela empresa?”. Secretária Zuleide: “houve. Inclusive consta e foi feita a leitura por mim aqui. Em acho que o senhor se equivocou, esse contrato não é feito com base na nota fiscal, e sim na ordem de serviço”. Vereador Ariovaldo: “mas eu não falei não, a senhora entendeu errado, eu disse...”. Secretária Zuleide: “então eu entendi errado, eu sei que o contrato é feito, o empenho é feito com base na ordem de serviço, não na nota fiscal, porque até então a nota nem existia”. Vereador Ariovaldo: “sei, eu só, e o Dr. Rommel que está aí lhe ditando as respostas, ele pode dizer que toda despesa pública tem 3 fases: empenho, liquidação e pagamento (...) aí o que efetivamente eu quero saber é isso: a senhora procedeu ao empenho, a senhora procedeu a liquidação a ao pagamento desse contrato”. Secretária Zuleide: “sim. De apenas R\$8.000. Conforme relatório que já está anexo das ações feitas por ele e foto das reuniões acontecidas”. Vereador Ariovaldo: “a senhora sabe me informar porque uma empresa que é contratada para prestar um serviço de alteração legislativa, porque é que não foi expedido nenhum convite ou não foi divulgado para que nenhuma outra empresa ou advogado pessoa física participar?”. Secretária Zuleide: “como era dispensa de licitação, Vereador, a contratação foi feita e foi feita primeiro a pesquisa entre o cadastro de fornecedores que tem na Prefeitura e para poder acontecer todo o trâmite.” Vereador Ariovaldo: “a escolha recaiu, e a senhora atestou as folhas 24 do processo de dispensa de licitação, que a empresa Jefferson Luan Sudário Feitosa, apresentou a melhor proposta e que apresentou habilitação compatível com o objeto da licitação, em que consistiu essa comprovação de habilitação?”. Secretária Zuleide: “justamente, senhor Vereador. O ateste é da Comissão de Licitação. Não foi feito por mim. Essa folha 24 justamente é atestada pela Comissão de Licitação”. Vereador Ariovaldo: “o valor contratado foi de R\$16.000, sendo que foi pago R\$8.000 em 16 de novembro, no dia 1 de dezembro foi cancelado a segunda e última parcela no valor de R\$8.000, sabe informar as motivações para o cancelamento da parcela final?”. Secretária Zuleide: “foram empenhados R\$16.000, foi pago R\$8.000 pelo serviço prestado, e o cancelamento que vossa excelência cita é devido o histórico da nota não está a contento conforme nota de anulação”. Vereador Ariovaldo: “eu queria saber objetivamente: o que foi que levou a Secretaria de Educação a fazer o cancelamento do pagamento de R\$8.000”. Secretária Zuleide: “eu já disse. Porque a nota não estava de acordo com, precisou ser pedido uma nova nota, porque aquela não estava de acordo o serviço prestado. E o serviço ainda em andamento, né?”. Vereador Ariovaldo: “a senhora tem conhecimento de aonde fica a empresa Jefferson Luan Sudário Feitosa? Em qual cidade fica localizada?”. Secretária Zuleide: “em Tauá”. Vereador Ariovaldo: “a senhora tinha ou tem conhecimento, que a empresa escolhida, sua atividade econômica principal é: reparação e manutenção de computadores e periféricos e de equipamentos de informática?”. Secretária Zuleide: “não só essa, Vereador. Ela também faz os serviços de

Presentes

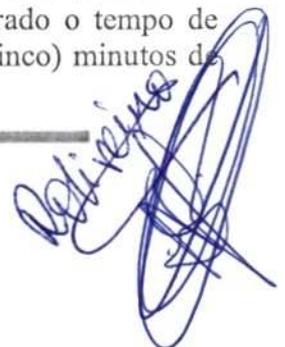


contabilidade e de escritório e apoio administração. Desde 2017, no CNAE dela reza também essa função". Vereador Ariovaldo: "isso qualifica essa empresa para prestar esse serviço de alteração legislativa?". Secretária Zuleide: "o CNAE e os profissionais que ela tem". Vereador Ariovaldo: "o Tribunal de Contas da União (...) quando trata da publicação de processo de dispensa, ele diz que há exceção, mas, que todos os atos eles só têm eficácia se devidamente publicados. A senhora poderia justificar porque esse tratamento da não publicação dessa licitação ocorreu?". Secretária Zuleide: "eu já disse, Vereador, que na folha 29, trata dessa publicação. Ao meu ver ela foi feita". Vereador Ariovaldo: "então eu vou refazer. Objetivamente, a senhora acha que foi feito ou a senhora não sabe se foi feita essa publicação?". Secretária Zuleide: "foi feita e declarada por uma servidora pública". Vereador Ariovaldo: "a senhora poderia dizer o nome dessa servidora?". Secretária Zuleide: "Ireneide Pereira de Pinho, responsável pela Comissão de Licitação". Vereador Ariovaldo: "na Ata dessa reunião, consta que o Dr. José Cavalcante Arnaud, que ele é professor e advogado. A senhora sabe dizer se ele tem inscrição na OAB, ou se ele milita na área, se pelo menos bacharel é em Direito?". Secretária Zuleide: "no currículo dele, Vereador, não tem essa especialidade, essa formação aí de advocacia. Pode ter acontecido algum equívoco ao colocar que ele era advogado". Vereador Ariovaldo: "a senhora poderia me dizer, porque nesse processo de dispensa de licitação, Dra. Rafaela, há algo inusitado (...) eu queria que a Administração andasse na celeridade que andou esse processo de dispensa de licitação. Porque, a senhora pediu o desencadeamento, a abertura do processo de dispensa de licitação no dia 27 de maio (...) no mesmo dia 27 de maio a senhora pediu a licitação, no dia 27 de maio já foi juntado a coleta de preço, no dia 27 de maio a Presidente da Comissão determinou a juntada, toda documentação, que mesmo no processo de dispensa me parecia um pouco complexo (...), mas no dia 27 de maio, a senhora atestou, a Comissão de Licitação atestou a existência de disponibilidade financeira (...) no dia 27 de maio, a senhora respondeu a existência de disponibilidade orçamentária dos recursos financeiros. No dia 27 de maio a Comissão de Licitação procedeu com a informação com a informação de onde seria utilizado as fontes de recursos, já dizendo que o favorecido era a empresa de Jefferson Luan Sundário Feitosa. No dia 27 de maio foi publicado a declaração de dispensa de licitação. No dia 27 de maio foi feito o termo de ratificação. No dia 27 de maio foi feito o extrato de dispensa de licitação. No dia 27 de maio feito a certidão de afixação, o termo de convocação – no qual o Sr. Luan compareceu –, o contrato foi assinado, foi publicado o extrato do contrato (...) foi juntado uma Ata com a assinatura de pouquíssimos professores e a única coisa produzida foi a minuta de um Projeto de Lei, que poderia ter sido produzido por qualquer pessoa com acesso ao copia e cola. De forma (...) que a última pergunta que faço é nesse sentido: toda celeridade que acontece no dia 27 de maio, a senhora teria uma explicação para o andamento, e até hoje, essa Casa não recebeu o Projeto de Lei para alterar?". Secretária Zuleide: "o processo começou dia 16 de maio, Vereador, muito antes desse dia 27. Bem antes do dia 16 com a coleta. Concluiu lá no setor de coleta dia 27. Aí é porque todos os atos internos do setor de coleta e da Comissão de Licitação eu não tenho interferência nesses atos e, a licitação que fez porque eles têm tempo para fazer. Então eles quem decidem data de fazer as coisas ou não, não sou eu que foi limitar a data. Mas, o processo foi feito dentro dos trâmites legais e o serviço prestado, que fique bem claro para a população (...) ainda não chegou para apreciação dessa Casa, mas, urgentemente chegará, entendendo que uma Lei municipal ~tão vasta como o PCCR atual, e dentro das discussões a gente entendeu que tinha estatuo de servidor dentro e outros documentos dentro, e agora ficou um documento dentro mais sucinto para encaminhar para essa Casa e para que ele seja apreciado". Encerrado o tempo de questionamento do Vereador Ariovaldo Soares, seguiu-se para o memento de 5 (cinco) minutos de











comentários para os demais Vereadores, onde surgiram questões como: delicadeza do momento passado pela Secretária de Educação, Zuleide Ferreira; agradecimentos a vinda da Secretária à Casa e felicitações para com o trabalho da equipe da Secretaria de Educação, lamentações pelas tentativas de tumultos ocorridas e até mesmo afirmativas de não votar mais convocações na Casa – afirmativa feita pelo Vereador Paulo Geaneo. Em suas considerações finais, a Secretária Zuleide afirmou que não se sentiu sozinha em momento algum e agradeceu a fala de todos os Vereadores, bem como a oportunidade de se fazer presente na Casa do Povo para prestar os devidos esclarecimentos. **TEMA LIVRE:** Em seu tempo de fala, a Vereadora Roberci Vânia Oliveira inicialmente parabenizou os ciclistas do Município, Antônio Elisson, Ricardo e Paulo Robson, que estiveram, nesse final de semana, representando o Município de Altaneira na cidade do Crato, onde conseguiram chegar ao pódio. Validou também a entrega dos detectores de metais no município, destacando a sua grande importância, já agradecendo ao empresário Sávio Megasom pela doação. Informou que as escolas do Município estão passando por uma grande dificuldade frente a segurança, que poderia ser maior. Deu conhecimento a todos à preocupação de algumas mães que a procuraram, nessa questão. Para além, fez menção às creches, onde, no momento da aula, ações como corte de árvores, retelhamento e calçada estão sendo realizadas. Assim, solicitou a solidarizarão da Gestão para com essa situação. Após, ressaltou que o Gestor, ao assumir uma Pasta, devem estar preparados, frisando que os Vereadores que levantaram questionamentos acerca de questões não esclarecidas estão apenas fazendo o seu papel. O Vereador Valmir Brasil agradeceu a doação dos detectores de metais para as escolas municipais em entrega realizada pelo mesmo junto do Vereador Ariovaldo Soares e o empresário Sávio Soares. Depois, o Vereador Ariovaldo Soares tratou do ofício 0113/2023/PmJNOL, em que o promotor de justiça da Comarca, Dr. Ariel de Freitas, concedeu prazo de dez dias para que o Prefeito de Altaneira, informe o cronograma para realização do concurso público municipal, informando, por secretaria, as vagas a serem ofertadas, sob pena de ajuizamento de Ação Civil Pública, inclusive com suspensão dos contratos temporários vigentes. A respeito da convocação da Secretária de Educação, o Vereador destacou que a Sessão foi bem conduzida, e sendo as respostas não convincentes, as providências necessárias serão tomadas. Prosseguindo, o Vereador Júnior do Povo fez algumas considerações a respeito de fala inicial, quanto a falta de parecer a projeto de sua autoria. O Vereador tratou ainda da assinatura de um projeto de lei para viabilizar o pagamento do piso nacional da enfermagem pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta terça-feira, 18 (dezoito). No momento seguinte, o Vereador Professor Nonato iniciou a sua fala parabenizando os pais de alunos do município pela confiança depositada nos profissionais das escolas. Nessa pauta foi registrada e parabenizada a ação de deslocamento da guarda municipal para as escolas do Município e a ronda da polícia militar, promovendo a segurança e bem estar de todos os alunos da rede. O Vereador parabenizou também a ação do empresário Sávio Soares na doação de detectores de metais para as escolas de Altaneira. Sequentemente, a Vereadora Silvânia Andrade se posicionou a favor da realização do concurso público, em contrapartida, externou sua tristeza por, em suas palavras, muitas famílias altaneirenses perderem o pão de cada dia. Sequentemente, o Vereador Paulo Geaneo parabenizou a guarda municipal alocada nas escolas do Município e professores e, por fim, realizou a leitura do relatório de ações da Secretaria de Infraestrutura, referente a última semana. Posteriormente, a Vereadora Dra. Rafaela Gonçalves elogiou a ação do empresário Sávio Soares na doação de detectores de metais para as escolas de Altaneira, sugerindo à Administração a possibilidade de instalação de catracas no reforço da segurança nas instituições. No tocante a questão da segurança nas escolas, a Vereadora classificou como assertivas as ações que vem sendo

Paulo Geaneo

Paulo Geaneo

[Signature]

Nonato

[Signature]

Rafaela Gonçalves

[Signature]



implementadas, contudo, pontuou que novas medidas poderiam ser tomadas, como a inserção de catracas e investimentos de acompanhamento psicológico com os alunos e profissionais. Pontuou a necessidade de reformulação, assim, no sistema de ensino, o investimento no ser humano, para além de prédios. Referente ao Dia do Índio, salientou que não é dia de comemoração, mas sim de reflexão sobre o seu abandono. **ORDEM DO DIA:** leitura realizada pela Secretária Roberci Vânia Oliveira do Requerimento nº 014/2023, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando Assessoria Jurídica para a Comissão Permanente. Após, o Vereador Autor da matéria, Júnior do Povo, externou que na matéria, já possui explicitamente a solicitação, além, pontuou que crê que a Casa tem orçamento para disponibilizar objeto solicitado, sendo uma forma de assegurar um melhor trabalho da Comissão Permanente. Passada à discussão, o Vereador Ariovaldo Soares, Vereadora Dra. Rafaela Gonçalves, Vereador Professor Nonato e Vereador Paulo Geaneo corroboraram o Requerimento do Vereador Júnior do Povo. Após, a Presidência pontuou que a solicitação faz jus ao trabalho da comissão, já informando que fará todo procedimento legal para a contratação da referida solicitação. Depois, a matéria foi posta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Leituras do Requerimento nº 015/2023, de autoria do Vereador Ariovaldo Soares, solicitando que seja encaminhado expediente a Sra. Amanda Luiza Nunes de Almeida, Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Altaneira, requisitando prestar informações acerca das obras de reforma e ampliação da EMF Joaquim de Moraes do Município de Altaneira e do Requerimento nº 017/2023, de autoria do Vereador Ariovaldo Soares, solicitando que seja encaminhado expediente aos Secretários Municipais, cujos atuam como ordenadores de despesas da Prefeitura Municipal de Altaneira, requisitando o encaminhamento de informações acerca dos transportes locados e sublocados relativamente ao exercício financeiro de 2022, realizadas pelo autor da matéria. Finalizadas as leituras, o Vereador Ariovaldo realizou e uma breve explanação sobre cada matéria e, logo em seguida, as matérias foram postas em discussão e, na sequência, em votação, sendo aprovadas por unanimidade. Prosseguindo, releitura realizada pela Vereadora Roberci Vânia Oliveira do Requerimento nº 018/2023, de autoria do Vereador Deza Soares, solicitando que seja encaminhado ao Prefeito Municipal e à Secretária de Municipal de Assistência Social que o Município de Altaneira realize a adesão ao Programa Minha Casa, Minha Vida 2023. Encerrada a leitura, o Vereador Deza Soares, autor da matéria, externou que pretende reforçar ainda mais o interesse do Poder Executivo no sentido de fazer a adesão desse importante Programa, que já é iniciativa de outros Municípios e, tendo em vista a importância da moradia, Altaneira não poderia ficar de fora. Depois, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação, sendo aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Vereador Deza Soares agradeceu a participação de todos os presentes e ouvintes, assessoria interna e externa, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 19 de Abril de 2023.

Rafaela Gonçalves Rodrigues.

Francisco

Roberci Vânia de Oliveira

Fulgêncio da Silva
Ata